

A FÁBRICA MÓVEIS CIMO E SEUS MOBILIÁRIOS: A ESCOLA COMO UM MERCADO ATRAENTE

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/64193>

Gustavo Rugoni de Sousa

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.

Vera Lucia Gaspar da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.



Resumo

Este trabalho, vinculado às discussões acerca da cultura material escolar, tem como objetivo compreender as relações existentes entre a fábrica Móveis Cimo e o mercado escolar. Para tanto, os investimentos se concentram nas relações entre as escolas públicas primárias, a indústria e o Estado. A escolha por estas categorias se fundamentou na compreensão de que a escola de massas é um fenômeno do mundo ocidental que se articulou com a expansão industrial. Compreende-se que a circulação de ideias pedagógicas difundiu saberes que modificaram a idealização dos artefatos escolares a partir de um padrão referencial, aceito internacionalmente e que a Móveis Cimo buscou adequar seus mobiliários a um modelo de escola ideal, o que contribuiu para a comercialização de seus produtos.

Palavras-chave: história da educação, cultura material, mobiliário escolar.

THE FACTORY MÓVEIS CIMO AND THEIR FURNITURE: IS SCHOOL AN ATTRACTIVE MARKET

Abstract

This research, linked to the discussions about school material culture, aims to understand the relationships between Móveis Cimo Factory and the school market. Therefore, these searches are focused in the relations between the public elementary schools, industry and the State. The selection of these specific categories is based on the understanding that the mass schooling is a phenomenon in the Western world, which is linked to the industrial expansion. It can be understood the circulation of pedagogical ideas spread a knowledge that changed the idealization of school artifacts from a reference standard, internationally accepted and the Móveis Cimo Factory sought to adapt its furniture's to an ideal school model, which contributed to the commercialization of their products.

Key-word: history of education, material culture, school furniture.

LA COMPANIA MÓVEIS CIMO Y SUS MOBILES: LA ESCUELA COMO UN MERCADO ATRACTIVO

Resumen

Este trabajo esta relacionado con las discusiones acerca de la cultura material de la escuela tiene como objetivo comprender las relaciones entre la fábrica de Móveis Cimo y el mercado de la educación. Con este fin, las inversiones se concentran en las relaciones entre la escuela pública primaria, la industria y el Estado. La elección de estas categorías se basa en el entendimiento de que la escuela es un fenómeno de masas en el mundo occidental que está articulada a la expansión industrial. Se entiende que las ideas pedagógicas ha propogado el conocimiento que cambió la idealización de los artefactos de la escuela a partir de un patrón de referencia, internacionalmente aceptado y que la Móveis Cimo trató de adaptar sus muebles a un modelo de escuela ideal, lo que contribuyó a la comercialización de sus productos.

Palabras-clave: historia de la educación, cultura material, mobiliario escolar.

LA SOCIÉTÉ MÓVEIS CIMO ET SES MEUBLES: L'ÉCOLE COMME UN MARCHÉ ATTRACTIF

Résumé

Ce travail, lié aux discussions sur la culture matérielle scolaire, a pour objectif de comprendre les rapports qui existent entre la société Móveis Cimo et le marché scolaire. Pour cela, les investissements se concentrent sur les rapports entre les écoles publiques élémentaires, l'industrie et l'État. Le choix de ces catégories se base sur la compréhension que l'école de masses c'est un phénomène du monde occidental qui s'articule avec l'expansion industrielle. On comprend que la circulation d'idées pédagogiques a diffusé des savoirs qui ont modifié l'idéalisation des artefacts scolaires à partir d'un standard référentiel, accepté internationalement et que l'entreprise Móveis Cimo a cherché à harmoniser ses meubles à un modèle d'école idéale, ce qui a contribué à la commercialisation de ses produits.

Mots-clé: histoire de l'éducation, culture matérielle, meubles scolaires.

A expansão da oferta do ensino e as necessidades do provimento material da escola

Esse artigo se relaciona a trabalhos dedicados ao estudo da cultura material escolar e concentra atenções na investigação acerca da relação da indústria e do Estado mediada por demandas da escola. Nesse sentido, chamamos a atenção para relações existentes na materialidade escolar, em especial no mobiliário, o qual é entendido não apenas como um produto industrial, mas também como um artefato que circula entre saberes (Alcântara, 2014).

Compreende-se que os estudos historiográficos que privilegiam o enfoque nos artefatos da escola têm se mostrado com potencial para contribuir com explicações e problematizações para os fenômenos da educação. Na busca por desenvolver outros referenciais teóricos e metodológicos que venham a colaborar com os debates no âmbito da cultura material escolar, optamos por seguir os indícios de uma fábrica do setor moveleiro, a Móveis Cimo¹, empresa que possuía uma linha de produção especializada em atender o mercado escolar. Os investimentos se concentraram nas relações realizadas em torno das escolas públicas primárias, a indústria e o Estado, os quais se articulavam com vistas ao provimento material das instituições escolares. Desse modo, o desafio aqui proposto é o de compreender relações em torno da fábrica Móveis Cimo e o mercado escolar. Para identificar relações comerciais entre a fábrica Móveis Cimo e o Estado se fez necessário o apoio em fontes que pudessem demonstrar como e em que medida essas relações ocorriam. Entende-se que os documentos disponíveis em arquivos nos auxiliam na construção de uma história da educação, por este motivo foram realizados investimentos em pesquisas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e no Arquivo Municipal de Rio Negrinho, localizados nos municípios de Florianópolis e Rio Negrinho, respectivamente.

Com a aprovação das leis de obrigatoriedade escolar², a organização das aulas a partir do método simultâneo e a difusão de um modelo de educação que utilizasse em suas práticas de ensino objetos e mobiliários adequados, a escola passou a ser um mercado consumidor atraente, que tem nos Estados um comprador de lastro (Vidal; Gaspar da Silva, 2010). Acompanha a expansão da escolarização o fortalecimento da noção do adequado provimento material da escola - carteiras, bancos, quadros negros, mesas, livros -, como um dos indicadores de uma boa qualidade de ensino e elemento facilitador da aprendizagem.

A escolarização da infância se faz acompanhar por um conjunto de ações, como a construção ou locação de espaços para as instituições de abrigo - sejam escolas, jardins de infância ou creches -, a organização material, com mobiliário e material didático, além da formação e contratação de professores. Nessa direção a imprensa pedagógica é um

¹ Para maiores informações sobre as relações entre a fábrica Móveis Cimo e a região Norte do Governo catarinense, sugerimos a leitura do artigo intitulado *Exercício de história local: uma saga na trajetória moveleira do planalto norte catarinense*, de Hoyêdo Nunes Lins e Gustavo Rugoni de Sousa, publicado na *Revista História Econômica & História de Empresas*, disponível em <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=297&path%5B%5D=316>.

² Sobre o tema ver Vidal, Sá, Gaspar da Silva (2013).

dos veículos que ajudará nesta divulgação que vem entrelaçada com outros dispositivos dedicados à popularização e comercialização de itens produzidos pela indústria emergente. Entre os itens industrializados destacamos neste artigo o mobiliário escolar.

A preocupação com a adequação deste mobiliário é um tema que ocupa muitos discursos e páginas de manuais pedagógicos, nas quais as teorias higienistas advogavam que a prevenção de certas doenças e a boa disposição para a aprendizagem se vinculava também com o uso de um mobiliário adequado. Problemas de coluna e de visão são os mais citados e deviam ser evitados com a adoção de medidas, tais como o controle de incidência de luz na sala de aula, distância entre os olhos e os suportes de escrita e a organização de uma postura adequada facilitada pelo uso de mobiliário adequado. Estes indicativos passaram a compor uma espécie de modelo ideal de escola, difundido com força em diversos países, particularmente a partir do final do século 19 e início do século 20.

Para o caso dos produtos industrializados, que passam a ser oferecidos para as escolas, as exposições universais funcionam como vitrines, as quais são entendidas aqui como espaços de difusão e de comercialização de um modelo ideal de escola. Indústria, representantes comerciais e comerciantes se irmanaram numa rede que percebia na escolarização da infância um mercado promissor. Se, por um lado, a indústria observava e tentava atender muitos dos preceitos higienistas difundidos, seja na imprensa pedagógica, seja na imprensa cotidiana, esta indústria escolar não atuou apenas como reprodutora de tais solicitações, ela criou e desenvolveu novas soluções e produtos³ para a escola que, por sua vez, formou novas demandas e contribuiu para alterações na cultura escolar (Vidal, 2013).

Esta abordagem se sustenta na compreensão de que a escola de massas é um fenômeno do mundo ocidental que se articula com a expansão industrial e que a implantação de um modelo ideal de escola ganhou força a partir do desenvolvimento industrial e logístico, o qual foi capaz de assegurar que os produtos pudessem ser fabricados em larga escala e fossem escoados a diferentes locais. Em outras palavras, o espetáculo da indústria (Pesavento, 1997) forneceu as bases produtivas para a realização de um projeto que buscava um amplo provimento material escolar. Se, por um lado, temos registros de um modo artesanal de prover as escolas, por outro, em larga escala e para atender o modelo de ampliação da escolarização de muitos países, o modo artesanal não seria suficiente.

Embora os materiais já estivessem adentrando no universo escolar desde o século 16, como, por exemplo, com a invenção da lousa e novos artefatos para o ensino a partir do método mútuo, foi com o processo de massificação escolar, a construção de prédios escolares, o desenvolvimento do capitalismo, dos sistemas nacionais e da produção industrial de artefatos e mobiliários que os materiais ganharam destaque no cenário social (Souza, 2007), o que colaborou para que, a partir do século 20, houvesse um aumento significativo de materiais nas escolas.

³ Destaca-se que muitos dos produtos elaborados, muitas vezes, não atendem os aspectos pedagógicos da escola, mas sim aos interesses capitalistas de produção. Essas tensões também passam a influenciar o cenário escolar, exemplo que destaca dessa forma a escola como um grande centro consumidor de produtos.

Entre o final do século 19 e início do século 20 a escola ganhou destaque nas retóricas como um espaço estratégico para o desenvolvimento brasileiro, uma vez que o país almejava se inserir no concerto das nações, que era representado pelas economias que utilizavam e produziam técnicas e artefatos convergentes com a modernidade (Kuhlmann Júnior, 2001). Por isso, as estratégias do Estado estavam relacionadas à tentativa de construir práticas ditas modernas, que fossem capazes de instaurar uma nova ordem em relação a um passado considerado atrasado.

Por representarem a promessa do desenvolvimento social e econômico que emergia com a Revolução Industrial no século 19 e início do século 20, objetos e mobílias passaram a ser adquiridos e utilizados com maior frequência. Conforme aponta Lawn (2013), a escola primária está diretamente ligada à concepção da fábrica racional e a pedagogia utilizada por meio dos artefatos não podia ser separada do formalismo e da mecanização do período, uma vez que as tarefas realizadas vinham ao encontro da racionalidade industrial. Acompanhando a perspectiva de Lawn (2013), entende-se que a Revolução Industrial contribuiu para o fortalecimento de um pensamento racional que também se espalhou no contexto escolar e que os artefatos escolares, por serem utilizados como meios de uma alfabetização técnica, teriam papel fundamental na formação dos novos trabalhadores.

O aumento de artefatos comercializados para atender as novas demandas da escola ganhou força, principalmente a partir da massificação escolar, da obrigatoriedade de ensino e da promoção política na compra de artefatos higiênicos e ergonômicos. Os objetos e mobílias, nesse contexto, passaram a ser tomados como elementos fundamentais e, segundo Lawn (2013), “não eram escolhidos aleatoriamente, mas intimamente ligados a um conjunto de instruções e rotinas, usados dentro de um período de tempo fixado, e abertos a rigorosa inspeção” (p. 225).

Associados à pedagogia moderna, os objetos adentraram, gradualmente, e ao longo do tempo se tornaram itens obrigatórios no ambiente escolar. Com a adesão de um forte comprador como o Estado, foram submetidos a inúmeros testes e a constante aperfeiçoamento para que pudessem atender a novas demandas. Como exemplo desse movimento é possível citar os trabalhos de arquitetos e designers que buscavam tornar os materiais mais ergonômicos, duráveis e pedagógicos. Essa relação ganhou uma proporção tão grande que, segundo Castro et al (2013), essa “conexão estabelecida desde o século 19 entre inovação pedagógica e inovação material aprofunda-se, criando uma quase identidade entre qualidade de ensino e aquisição de artefatos escolares, particularmente na retórica que domina o campo” (p. 276).

Experiências locais podem servir de exemplo. Lançamos mão do quadro de criação dos grupos escolares em Santa Catarina, que acompanhou um projeto republicano de reurbanização das cidades e de promoção de condutas e padrões modernos. Os grupos escolares, nomeados como vitrines da república⁴, buscavam exemplificar a força política do governo, do desenvolvimento e da promoção individual de seus alunos. Por serem símbolos da modernidade e do progresso, estas instituições deveriam ser equipadas com

⁴ Os grupos escolares são entendidos aqui como vitrines da república conforme os trabalhos de GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Vitrines da república: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006, p. 341-376.

materiais e mobílias que atendessem a estes preceitos, ou seja, os artefatos adquiridos deveriam apresentar uma alta qualidade, além de serem utilizados de acordo com os preceitos médico higienistas. Observemos o capítulo III do *Regimento interno dos grupos escolares de Santa Catarina* de 1911:

Art. 8º - A mobília escolar constará da que for determinada pelo Secretario Geral, com prévia indicação do Inspector Geral, devendo sua construção ter por base os modelos que mais facilitem a inspecção, a responsabilidade individual do alumno e a satisfação dos preceitos higienicos. [...]

Art. 10º - Haverá nas classes e na sala da directoria os objectos necessarios para o ensino, e os exigidos pelos preceitos da hygiene, conforme o modelo, qualidade e quantidade auctorizados pelo Secretario Geral. (Santa Catarina, 1911, p. 4)

As prescrições do documento de 1911 para os grupos escolares seguem um movimento de adequação da escola aos preceitos modernos que ocorria desde anos anteriores no Brasil e em outros países, com maior destaque para nações europeias e os Estados Unidos. No Estado catarinense pode-se citar também o *Regimento interno das escolas públicas primarias* de 1908 (Santa Catarina, 1908), que, na sessão relativa à mobília e escripturação escolar, previa os materiais que deveriam compor as escolas. Dentre estes se destacam a mesa, o quadro negro, tinteiro, régua e cadeiras.

Seria ingenuidade pensar que a aquisição dos artefatos estaria garantida pelas prescrições dos regimentos. No entanto, os documentos revelam uma intenção em prover materialmente às escolas, plano esse que passou a institucionalizar uma demanda por artefatos, os quais seriam produzidos pela indústria.

O modelo catarinense recebeu contribuições do modelo paulista de escolarização, o qual, de acordo com Rosa Fátima de Souza (2011), passou a ser remodelado a partir de 1890 com a reforma republicana da instrução pública, que alterou as escolas normais e propiciou a criação da escola-modelo no Estado. A partir da reunião das escolas preliminares foram criados, também, em 1893, os grupos escolares com base na organização administrativa e pedagógica das escolas graduadas. Desse modo, as medidas implantadas tinham como objetivo que o ensino paulista passasse a seguir os “princípios que associavam inovação educacional, valores republicanos e progresso social” (p. 124).

Ao considerar isso Rosa Fátima de Souza (2011) destaca que para dar uma maior visibilidade ao projeto republicano paulista foram realizados investimentos na construção de uma “memória e uma interpretação das realizações no âmbito da educação pública como uma obra eminentemente republicana” (p. 125). Por isso, os republicanos idealizaram diferentes estratégias discursivas e simbólicas, como a elaboração de relatórios oficiais e a construção de edifícios escolares monumentais, para fazer da escola paulista um aparelho modelar. De acordo com a autora a expansão do ensino público em São Paulo e a criação de novos estabelecimentos de formação de professores apoiaram a ideia de progresso e pioneirismo no campo da educação paulista. Dentre as instituições que melhor exemplificavam estes avanços estão as escolas normais e os grupos escolares. Em 1929 eram “297 grupos em São Paulo compreendendo 4.249 classes - 47 localizados na capital e 250 nas cidades do interior - responsáveis pela matrícula de

191.320 alunos, isto é, cerca de dois terços dos alunos matriculados nas escolas públicas primárias do estado” (p. 128). Este quadro é ilustrativo no sentido de se dimensionar a demanda por itens integrantes do aparelhamento material das escolas. Além da ação dos Estados alguns estudos revelam outros sujeitos como partícipes deste processo. Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho (2004) localiza a participação de professores de escolas do ensino primário como interessados tanto na adequação do espaço, quanto no fornecimento do material:

No dia 25 do próximo passado dezembro, reuniram, no edifício da escola do sexo masculino d’esta freguesia, (Freamunde) a convite do respectivo professor, Albino de Mattos, os paes de 64 alumnos que actualmente a freqüentavam. [...] O referido professor, usando da palavra, faz notar a todos os cavalheiros e senhoras presentes a deficiência da mobília escolar, tanto no que diz respeito a sua pessima construcção, como ao numero de alumnos que comporta, uns 18 apenas, sendo elles actualmente 64. Em seguida ponderou a urgente necessidade de se mandar construir uma mobília em condição. (*Jornal de Paços de Ferreira*, 16 jan. 1897 apud Carvalho, 2004, p. 30)

Este professor, Albino de Mattos, é também o dono da Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros Lda, indústria do mobiliário escolar de Paços de Ferreira, Norte de Portugal.

Alguns indicativos teóricos

Nos estudos de Stephanou (2006) identifica-se que, nas primeiras décadas do século 20 discursos médicos voltaram-se para a educação, proporcionando alterações nos espaços educativos e na materialidade que o compõe. A autora destaca que, no Brasil, os discursos do período contribuíram para investimentos em educação e saúde, uma vez que tais aplicações poderiam, na visão da época, “salvar o país do atraso, da degeneração, da catástrofe. [...] Curar implicava, necessariamente, instruir e educar, para prevenir e erradicar as doenças e a ignorância a que o povo estava condenado” (p. 34).

Nesse cenário, para a autora, a escola passou a ser considerada um campo mais apropriado para o ensino de uma educação sanitária, uma vez que as práticas higiênicas e hábitos aprendidos poderiam chegar às famílias por meio dos estudantes. Buscando criar um espaço educativo alinhado aos preceitos médicos, foram realizados investimentos na adequação da arquitetura escolar, em sua organização e também em seus objetos. Da vertente higienista os artefatos da escola receberam atenção, pois um mobiliário não adequado, por exemplo, poderia causar “prejuízos físicos e morais aos alunos, como os problemas de visão, os focos de contágio, os distúrbios posturais e danos à coluna” (Stephanou, 2006, p. 46).

Além das influências dos preceitos pedagógicos e higienistas para sustentar análises e discussões centradas em características materiais e ergonômicas do mobiliário escolar, busca-se identificar influências de aspectos econômicos que se fazem presentes em torno da escola e que parecem contribuir para alterações em seu interior. Esta é uma importante perspectiva de análise que se encontra na tese *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914), de Wiara Alcântara.

O investimento na identificação de aspectos econômicos se fez apoiado em estudos orientados por conceitos de cultura material, inspiradores de construções teóricas ocupadas da cultura material escolar. Optar por uma definição para a noção de cultura material não é uma tarefa simples, uma vez que existem diversas formas de abordagem sobre os artefatos e seus usos. Baseado nos trabalhos de Bucaille e Pesez (1989), Candido (2005) afirma que “a noção de cultura material é por demais imprecisa para ser conceito, e convive com os riscos da apreensão imediata dos aspectos técnicos e funcionais, pela facilidade com que se sobrepõem aos outros significados do objeto” (p. 80). Na obra de Bucaille e Pesez (1989), que tem servido de referência nessas discussões, os autores destacam que a ideia de cultura material está difundida, “dispersa nos países, disciplinas e nos últimos cem anos de pesquisas das ciências humanas” (p. 13), o que provaria o seu valor e a necessidade nos estudos do campo. No entanto, ressaltam a ausência de uma definição comum para a noção e identificam que “só progressivamente, depois de ter percorrido todo o campo epistemológico em que se desenvolve, se descobriram todos os seus aspectos” (p. 13). Embora as discussões de Bucaille e Pesez, registradas na forma escrita, já tenham completado quase três décadas ainda nos parecem atuais.

Para o caso escolar, Escolano Benito (2010) considera a cultura material “como uma espécie de registro objetivo da cultura empírica das instituições educativas” (p. 14). Para este autor a cultura material seria o expoente visível que, pela sua leitura, pode auxiliar na interpretação dos signos e significados obtidos a partir dos objetos e fontes. A cultura material - ou, o “expoente visível” - é construída a partir do uso ou da relação dos sujeitos com as materialidades, o que contribui para a formação de diferentes culturas.

Ao refletir sobre o papel da escola, Escolano Benito (2012) ressalta a importância das práticas escolares na produção de culturas que, por sua vez, se materializam a partir dos usos dos espaços, objetos, ícones e textos, os quais fazem parte do patrimônio histórico-educativo e são considerados componentes essenciais para a educação escolar. O termo patrimônio histórico-educativo, indicado pelo autor, faz referência a uma cultura compartilhada nas instituições escolares que, com a obrigatoriedade de ensino e a escolarização de massa, tornou as diferentes socializações vivenciadas nesse espaço como um patrimônio comum. Nesse sentido, os objetos da história escolar, entendidos por Escolano Benito (2012) como portadores de mensagens, emitem sinais que devem ser rastreados pelos pesquisadores no intuito da produção de uma história da educação.

Com base nas discussões realizadas por Juri Meda compreende-se que o olhar econômico sob a escola e sua materialidade pode contribuir para avanços no campo da História da Educação. Partindo de trabalhos de Moeglin (2010), Juri Meda (2015), argumenta que o crescimento industrial verificado no período entre o final do século 19 e início do século 20 contribuiu, ainda que indiretamente, para que as escolas passassem a adotar um modelo de ensino mais eficaz e racional. Esses inventos são denominados pelo autor como tecnologias educativas e tinham como objetivo implantar nas escolas primárias conceitos de um capitalismo nascente, além de acelerar e consolidar a aprendizagem por meio de uma rigorosa inspeção e organização. Como exemplo de uma tecnologia educativa pode-se citar a introdução de práticas de ensino que pudessem, simultaneamente, diminuir o tempo de aprendizagem e atingir um número maior de alunos.

No entanto, ao analisar o trabalho de Moeglin (2010), com relação à perspectiva de que as escolhas por determinadas metodologias de ensino e o aumento na quantidade de materiais escolares adequados aconteceram a partir de uma modernização da sociedade ocidental, no que diz respeito ao seu desenvolvimento cultural e científico, Juri Meda (2015) acrescenta à reflexão alguns elementos. Para Meda, esse investimento não ocorreu apenas incentivado por um progresso social, mas foi induzido por empresas comerciais que viram na expansão escolar um mercado atraente, não apenas para consumo de seus produtos, mas também, para criar novas necessidades.

O autor chama a atenção para que as pesquisas no âmbito da História da Educação levem em consideração a história dos meios e métodos utilizados na produção e consumo de materiais e tecnologias do ensino, pois esses processos econômicos estão relacionados com a expansão escolar e a formação de um setor produtivo especializado em atender uma demanda de mercado escolar. Sendo assim, Juri Meda (2015) salienta a necessidade de um caráter multidisciplinar nas investigações que tenham como tema as demandas fabris.

Um mercado lucrativo: entram em cena os artefatos escolares

Dentre os setores que contribuíram para a composição da escola, destacamos o industrial, que durante o processo de institucionalização e expansão escolar não só idealizou, fabricou e comercializou diferentes artefatos, como colaborou com os objetos produzidos e adotados por tais instituições, para que houvesse alterações de práticas e condutas.

A partir de prescrições relacionadas ao mobiliário estabelecidas pelos Estados, compreende-se que as indústrias buscaram desenvolver técnicas e produtos a fim de conquistar novos nichos, ao mesmo tempo em que essas também passaram a se adequar para atender o mercado escolar. Em outras palavras, é construída uma relação de mão-dupla, entre a escola e a indústria. Nesse sentido, o trabalho de Bencostta (2013) contribuiu com reflexões que ressaltam a importância alcançada por arquitetos e designers do final do século 19 e início do século 20, pois, em conjunto com médicos e educadores, participaram da elaboração de caminhos e projetos para uma escola que buscava se constituir como moderna.

Com o crescimento do número de fábricas especializadas no fornecimento de mobiliário para o mercado escolar e, por consequência, o aumento da concorrência, novas estratégias e produtos foram elaborados com o fim de atender às demandas e, dessa forma, obter maiores lucros. Como um indício desse movimento Alcântara (2014) destaca a “quantidade expressiva de catálogos de mobiliário escolar e solicitação de patentes dá uma dimensão da relevância que as indústrias e fábricas de mobiliário escolar tiveram para o suprimento material da escola e, como corolário, para sua expansão” (p. 163).

No Brasil, embora se tenha um maior número de trabalhos que discutem questões relacionadas à cultura material, Vidal e Gaspar da Silva (2010) destacam o baixo número de produções que evidenciam as “conexões entre a idealização dos artefatos, as defesas de seus usos e sua fabricação e comercialização; ou seja, o mapa das rotas entre idealização, fabricação, comercialização e usos” (p. 36). Dentre alguns estudos as autoras

indicam o trabalho de Carvalho (2004), em que esta investigação também se apoia, e apontam a fábrica Móveis Cimo como uma empresa a ser estudada em função de seu papel na produção de uma linha de mobiliário escolar.

Quatro anos depois a tese de Wiara Alcântara (2014), não por acaso orientada por Diana Vidal, apresentou importante contribuição para os estudos sobre esta temática. Alcântara (2014) demonstra que a partir do final do século 19 ocorreu o crescimento da indústria de móveis na região de São Paulo, que produziram uma grande quantidade de carteiras escolares e buscaram atender as novas demandas do ensino. Para indicar a relevância do mercado escolar para esse setor, a autora chamou a atenção para a quantidade de catálogos de mobiliário escolar, a solicitação de patentes realizadas pelas fábricas, necessárias para a proteção de seus inventos, além da política estatal paulista de atender às demandas materiais das escolas a partir da contratação de empresas privadas.

Acompanhando as mesmas inquietações foi idealizado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc (2013-2015), a pesquisa de mestrado intitulada *Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1954)*⁵, que esta na base do presente artigo.

A fábrica Móveis Cimo

Ao aprofundar o argumento de que o estabelecimento da obrigatoriedade escolar, a disseminação dos métodos simultâneos de ensino e a entrada em cena dos objetos escolares contribuíram para a formação da escola pública como um mercado consumidor, passamos à análise de documentos⁶ elaborados pelo Estado e pela fábrica Móveis Cimo, a fim de identificar não só os investimentos realizados pela empresa para atender a um determinado mercado, neste caso o escolar, mas também a procura do Estado em prover materialmente às instituições escolares, na busca de formar uma ideia acerca do provimento material das escolas públicas.

A escolha pela Móveis Cimo ocorreu na medida em que os estudos acerca da trajetória dessa empresa trouxeram indícios que a apontam como uma das pioneiras na produção de móveis seriados do Brasil. A fábrica é, ainda hoje, reconhecida pela expressiva presença de seu mobiliário em residências, escolas, cinemas e teatros, e também pelas participações e premiações em exposições universais.

A Móveis Cimo, ou apenas Cimo como os moradores da cidade de Rio Negrinho costumam chamar a empresa, recebeu este nome apenas a partir de 1954, quase 50 anos após ser fundada, no ano de 1912⁷. Conforme identificado na documentação localizada, a fábrica apresentou, ao longo de sua trajetória, diferentes tecnologias na sua

⁵ Dissertação disponível em <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br>.

⁶ Para este estudo foram realizadas pesquisas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis, no Acervo Municipal de Rio Negrinho, no Museu Carlos Lampe e no Acervo da Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares - Rio Negrinho, SC; na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e consultas no Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná, Curitiba.

⁷ O ano de 1912 é adotado por este estudo como o de fundação da Móveis Cimo, pois compreende-se que o primeiro empreendimento dos irmãos Zipperer, fundadores da fábrica, inaugurado neste ano lançou as bases para a formação da empresa. Colaborando com essa informação, nas pesquisas realizadas no Arquivo Público de Rio Negrinho, localizou-se uma carta assinada por Jorge Zipperer, fundador da Cimo, dizendo que o seu empreendimento foi fundado no ano de 1912, no território hoje conhecido como Rio Negrinho.

linha de produção, assim como diversas razões sociais⁸, as quais vieram a ser um importante dado durante as pesquisas, uma vez que muitas informações poderiam ser descartadas por achar que essas não estavam vinculadas a Móveis Cimo. Ao analisar os catálogos da fábrica nota-se que os produtos passaram por alterações não apenas para atender às exigências de design, ergonômicas e produtivas, mas também para que a Cimo pudesse ofertar ao mercado educacional uma maior quantidade de produtos e, muitas vezes, com valores menores, o que poderia influenciar diretamente a quantidade adquirida pelos Estados.

Considerando o Estado de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século 20, as mudanças na economia regional fizeram com que as produções artesanais desenvolvidas em “marcenarias de fundo de quintal” (Kaesemodel, 1990) fossem se alterando para manufaturas, como foi o caso da Móveis Cimo, a qual, para Henkles (2013) foi “o maior impulso na modernização do quadro econômico de São Bento do Sul⁹ [...] se considera esta empresa como a primeira indústria na própria acepção moderna desse conceito a se desenvolver” (p. 1). Arruda (2009) não economiza palavras e identifica a fábrica como “um dos marcos mais expressivos entre a herança artesanal e o início da fabricação seriada no Brasil” (p. 28), além de ser uma das primeiras empresas a se desenvolver na região de São Bento do Sul.

Os trabalhos encontrados que tratam, direta ou indiretamente, da trajetória da fábrica Móveis Cimo, dentre os quais se destacam Santi (2013), Klostermann (2007), Heyse (2009), Kaesemodel (1990), identificam que a empresa ficou conhecida internacionalmente pela alta qualidade e design avançado na produção de móveis, pelas diversas contribuições para a região de São Bento do Sul e também para a indústria moveleira brasileira. Seus produtos percorreram diversos Estados e países, identificando-se esta marca em cinemas, auditórios, museus, teatros, residências e escolas.

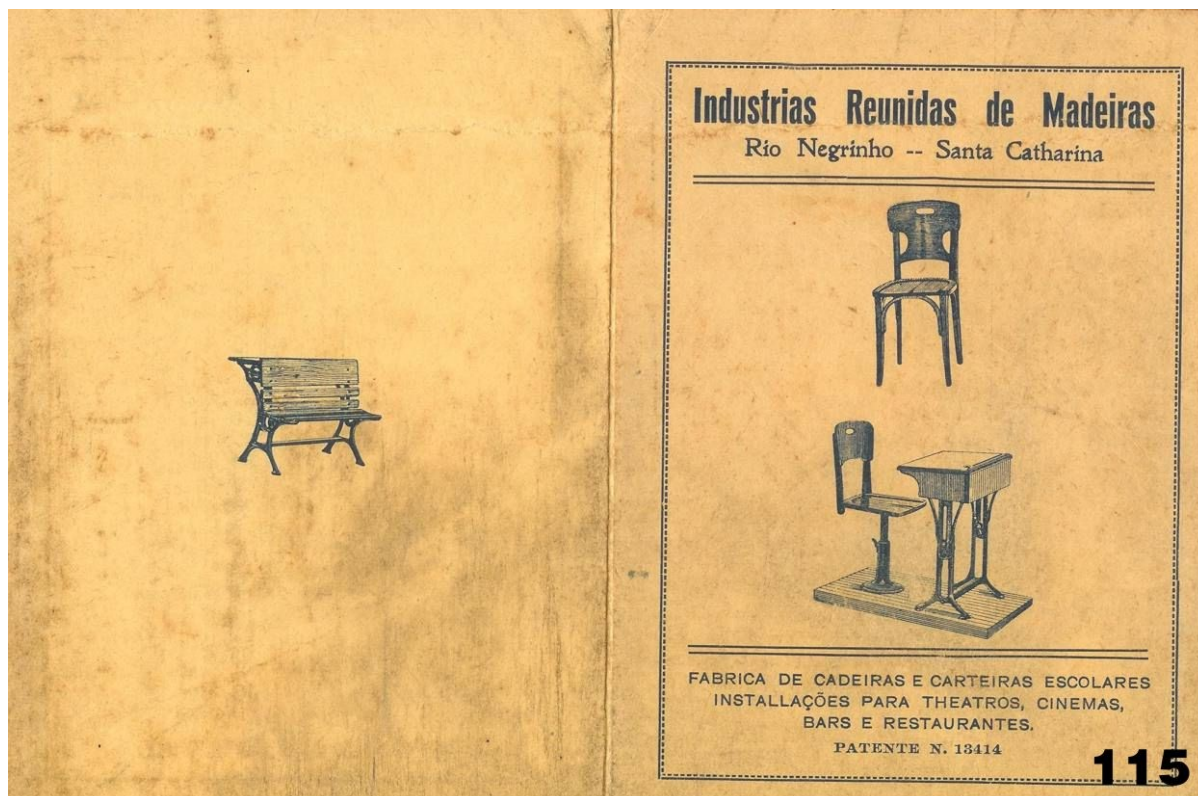
Conforme se pode visualizar na imagem abaixo, a Móveis Cimo apresentava, em seus catálogos, a indicação de que contava com uma linha de produção específica para atender ao mercado escolar.

⁸ As razões sociais dessa fábrica durante suas atividades foram: Jung & Cia; A. Ehrl & Cia; N. Jacob & Cia; Jorge Zipperer & Cia; Cia. M. Zipperer - Móveis Rio Negrinho S/A, e finalmente Cia. Industrial de Móveis S/A, conhecida como Móveis Cimo S.A. No entanto, este estudo adota a razão social Móveis Cimo ou apenas Cimo para referenciar a fábrica, pois esta é a identificação mais presente no imaginário das pessoas e das obras encontradas.

⁹ A região de São Bento do Sul, localizada na porção norte do estado de Santa Catarina, é formada pelos municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, que juntos formam o maior pólo brasileiro de exportação de móveis.

Figura 1 -

Capa do catálogo Indústrias Reunidas de Madeira: indicação na fabricação de móveis escolares.



Fonte: *Indústrias Reunidas de Madeiras* [entre 1932 a 1944a]. Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC. Disponível em Klostermann (2007).

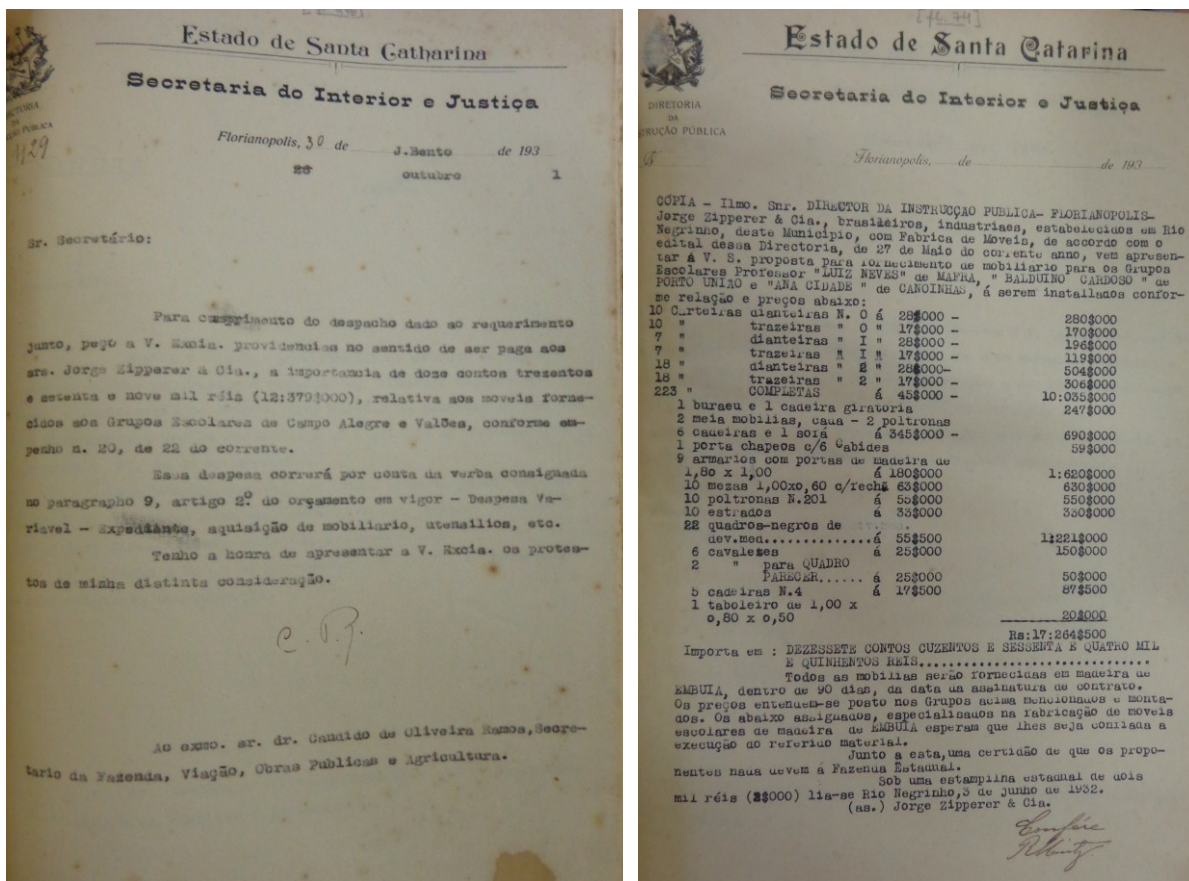
A inscrição “cadeiras e carteiras escolares” indicia que a fábrica buscou produzir mobiliário adequado, não apenas carteiras, mas também produtos que pudessem compor diversos espaços da escola. A análise desse catálogo não permite identificar o período em que este foi posto em circulação, mas as pesquisas acerca das razões sociais da empresa indicam que, a partir da logomarca Indústria Reunidas de Madeira, o catálogo circulou na década de 1930 e 1940, período em que, segundo Santi (2013), a fábrica passou a desenvolver uma quantidade maior de produtos devido a avanços nas técnicas de produção.

Além das indicações nos catálogos também foram localizados em relatórios de vendas de representantes da Cimo elementos que demonstram a importância do mercado escolar para a fábrica. Nos documentos do representante comercial Eduardo Whitaker Penteado e Penteado, Ayres & Cia Ltda., datados de 1930 e de 1934, constam, do lado esquerdo das folhas, imagens de dois modelos de carteiras escolares, o que pode sinalizar, de certa maneira, a importância da linha de produção que atendia às instituições educativas, uma vez que a empresa utilizava esses produtos como uma forma de identificação em seus documentos.

Diferentemente, em outro documento disponível nesse acervo, datado de junho de 1932, identificou-se uma proposta da Jorge Zipperer e Cia para o fornecimento de mobiliário à grupos escolares das cidades catarinenses de Mafra, Porto União e Canoinhas. Dentre o mobiliário ofertado pela empresa a essas instituições constam carteiras dianteiras e trazeiras, bureau¹⁰, cadeira giratória, poltronas, sofá, porta chapéus, armários, mesas, estrados, quadros negros, cavaletes e tabuleiros.

Figura 3 -

Atividade comercial entre a fábrica com o governo e proposta para o fornecimento de mobiliário.



Fonte: Santa Catarina (1931) e Santa Catarina (1932). Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Embora não seja possível verificar se o governo catarinense realizou a compra do mobiliário fabricado pela Jorge Zipperer e Cia para atender às demandas materiais dos grupos escolares citados, o documento colabora com a ideia de que a empresa estava atenta às oportunidades de negócios e, para isso, buscou fabricar mobiliário adequado às instituições escolares. Por outro lado, a elaboração de um edital que tinha como objetivo prover materialmente escolas públicas sinaliza que o Estado procurou “diminuir distâncias entre os discursos sobre a educação e sua materialidade” (Gaspar da Silva, 2006, p. 181) ao ofertar às instituições escolares objetos e mobílias.

¹⁰ No Brasil e na Inglaterra bureau caracteriza-se como uma escrivaninha com gavetas.

Figura 4 -
Móveis apresentados no edital.



Fonte: *Indústrias Reunidas de Madeira* [entre 1932 a 1944b]. Disponível em Klostermann (2007).

A partir das imagens dos catálogos percebe-se que o mobiliário produzido pela Cimo apresentava uma tecnologia avançada e estava em consonância com preceitos ergonômicos do período. Além disso, o cuidado com a estética também era um dos requisitos necessários, pois esses móveis visavam atender um nicho de mercado que solicitava e valorizava mobiliário cada vez mais sofisticado (Ferber, Kinchescki, Sousa, 2013).

Nas investigações realizadas no Arquivo Público de Rio Negrinho¹¹ foram encontrados documentos que demonstram a comercialização de carteiras escolares com o Estado de São Paulo, entre os anos de 1928 e 1931. Também foi localizado registro de realização de negócios de poltronas de cinemas, cadeiras, sofás e poltronas giratórias, no entanto, não é possível afirmar se esses móveis tinham como destino instituições escolares, dessa forma, procurou-se analisar, nesse momento, apenas as vendas de carteiras escolares.

¹¹ A cidade de Rio Negrinho foi sede administrativa da Móveis Cimo até 1954, ano em que essa foi transferida para Curitiba em virtude da formação de um conglomerado com outras empresas que vieram a formar a Móveis Cimo. No entanto, mesmo depois dessa transferência, o maior polo produtivo da fábrica permaneceu no município catarinense.

Tabela 1 -

Móveis fornecidos pela Móveis Cimo durante os anos de 1928 a 1931 para o Estado de São Paulo.

Ano	Carteiras escolares transportadas					Total de carteiras transportadas no ano corrente
	Trazeiros	São Paulo	Individuais	Chandler	Prefeitura	
1928	114	641	300	628	4492	6175
1929	1934		2040	508	10164	14646
1930				200		200
1931 - jan. a jun.				60		60

Fonte: Dados obtidos no *Relatório Móveis Cimo* (1928, 1929, 1930, 1931). Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

A partir dos trabalhos de Santi (2013), Souza (2011) e as indicações de vendas de carteiras escolares realizadas pela Jorge Zipperer e Cia., entre os anos de 1928 a 1931, conforme apresenta-se na tabela 1, pode-se inferir que o aumento da demanda por materiais escolares pelo Estado paulista a partir da expansão do ensino do final do século 19 e início do século 20 contribuiu para que a fábrica pudesse também ampliar os negócios com essa região. As vendas para São Paulo demonstram que a fábrica produzia mobiliário que atendia aos requisitos adequados para que fossem utilizados em mercados mais exigentes, seja pela oferta, seja pela educação estética.

Com relação aos modelos de carteiras apresentados na tabela 1 - Trazeiro, São Paulo, Individuais, Chandler, Prefeitura - encontrou-se indicações do design e materiais utilizados na fabricação desses mobiliários. A carteira escolar denominada São Paulo, segundo Santi (2013), pode ser considerada um exemplo de destaque na produção da Cimo devido ao seu desenho moderno e ao uso da madeira laminada moldada com formato anatômico. O diferencial desse modelo, de acordo com a autora, é a possibilidade de recolhimento e regulagem da altura do assento e da mesa, o que poderia trazer à escola a opção de utilizar a mesma carteira com alunos de diferentes idades e tamanhos. Os modelos Trazeiros, Individuais, e Prefeitura também contavam com o mesmo ajuste de altura e banco retrátil, no entanto, não eram fabricados a partir da tecnologia da madeira laminada, a qual poderia ser moldada de forma a favorecer o conforto.

As imagens das carteiras escolares comercializadas com o Estado de São Paulo, figura 5, foram localizadas no catálogo da Indústria Reunidas de Madeiras - Jorge Zipperer e Cia.. Na página onde é apresentada a carteira São Paulo, por exemplo, para chamar a atenção do consumidor, também constam informações sobre o material utilizado na fabricação do mobiliário - “carteiras com assentos e encostos de madeira compensada” - e a menção à adequação dos produtos da Cimo aos preceitos higiênicos do período - “Modelos extra higienicos adaptando-se ao corpo dos alunos” (Indústrias Reunidas de Madeira, 1932 a 1944c).

Já na página em que é apresentada a carteira escolar Prefeitura o texto do catálogo destaca a resistência desse mobiliário: “Carteiras extra fortes para escolas superiores, individual ou dupla” (Indústrias Reunidas de Madeira, 1932 a 1944c). Mesmo não

possuindo a tecnologia da madeira laminada, destaca-se que a carteira escolar Prefeitura foi a mais comercializada com o Estado de São Paulo no período de 1928 a 1931, chegando a ter uma venda de 14.656 exemplares, conforme foi apresentado na tabela 1.

Figura 5 -
Carteiras escolares São Paulo e Prefeitura com ajuste de altura e banco retrátil.



Fonte: *Indústrias Reunidas de Madeira* [entre 1932 a 1944d]. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

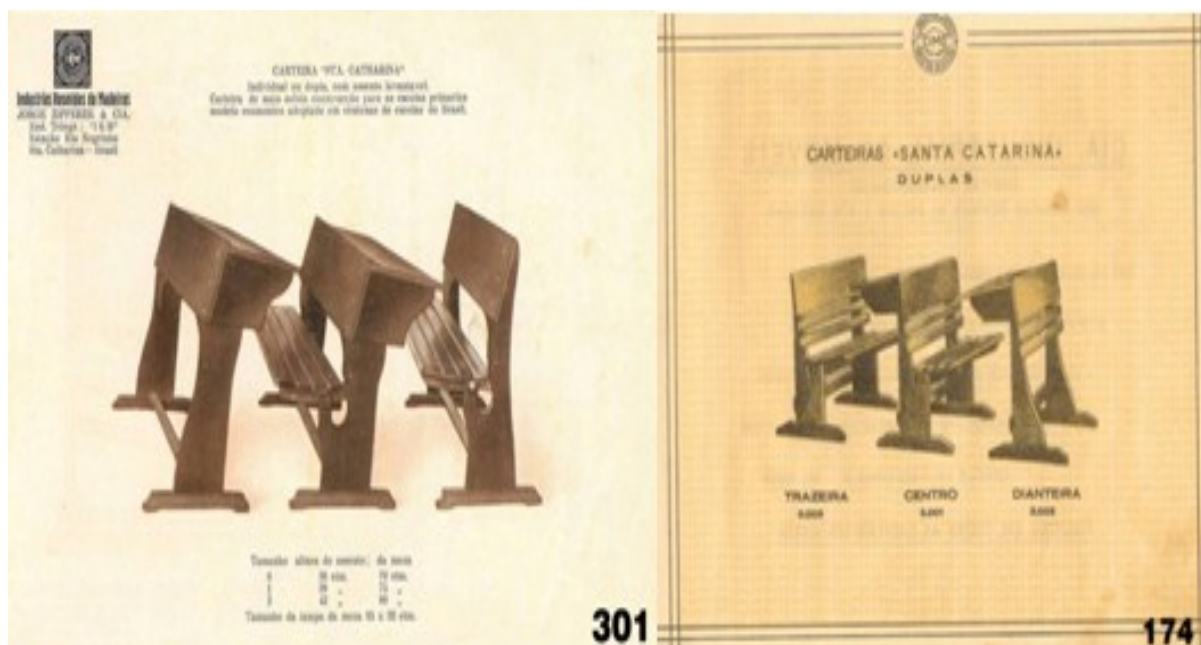
Para identificar qual seria o modelo de carteira escolar Trazeiro comercializado com o Estado de São Paulo, novamente utilizou-se os catálogos da Móveis Cimo. Foram encontradas duas imagens que fazem referência à denominação contida no relatório de vendas da fábrica. As apresentadas são intituladas de Carteiras Santa Catarina e organizadas em dianteiras, centro e trazeira. As imagens estão em dois catálogos diferentes: um de quando a fábrica ainda possuía o nome de *Indústrias Reunidas de Madeira - Jorge Zipperer e Cia.* e o outro quando a razão social era *Companhia Industrial de Móveis - Cimo*, o que indica que a empresa produziu esse modelo de carteira por, pelo menos, duas décadas: 1932 a 1954.

Na imagem encontrada no catálogo da *Indústria Reunidas de Madeira*, também aparece o texto “Carteira de mais sólida construção para as escolas primárias - modelo econômico adaptado em centenas de escolas do Brasil” (Catálogo). A partir dessa indicação foi possível verificar que a fábrica também buscou atender às demandas dos nichos de mercados escolares considerados menos sofisticados pelo Estado e, para isso, ofertou produtos com preços menores. No entanto, ressalta-se que a carteira Santa Catarina contava com a regulagem de altura do assento, o qual também era retrátil, atendendo dessa forma, preceitos médico higienistas.

A indicação da existência de um modelo econômico de carteira escolar e outros mais sofisticados contidos nos catálogos apresentados da *Móveis Cimo* também assinala, mesmo que indiretamente, para a existência de diferentes nichos de mercado. As escolas

poderiam ser selecionadas por parte do governo, recebendo materiais mais ou menos sofisticados, contribuindo, dessa forma, para a afirmação de um caráter seletivo e desigual, pelo menos no que diz respeito ao seu provimento material.

Figura 6 -
Carteira Santa Catarina.



Fonte: *Indústrias Reunidas de Madeira* [entre 1932 a 1944b] e *Cia. Industrial de Móveis* [entre 1944 a 1954a]. Disponível em Klostermann (2007).

No processo de pesquisa não apenas as características físicas chamaram a atenção, mas também os nomes atribuídos a determinados modelos comercializados pela Móveis Cimo, os quais passaram a ser também foco de investigações. Os modelos selecionados foram os que receberam nomes vinculados aos Estados como as carteiras São Paulo, Santa Catarina e Prefeitura. Desse modo, procurou-se informações que pudessem identificar se existem relações entre a nomenclatura de determinados modelos de carteiras com os principais consumidores da fábrica, no caso os Estados de São Paulo, Santa Catarina e prefeituras municipais.

Um exemplo do nível de produção que a Cimo possuía no período de 1930 a 1934, no que se refere à fabricação de carteiras escolares, cadeiras, poltronas e sofás, pode ser verificado a partir do relatório de *Movimento das produções da fábrica de cadeiras*. Pela análise do relatório é possível identificar que toda a linha de produção de cadeiras da fábrica aumentou durante o período de 1930 a 1934, o que demonstra que a Cimo intensificou a fabricação desta peça do mobiliário para atender seus consumidores. No que se refere às carteiras podemos inferir que a expansão escolar que ocorria no período auxiliou no crescimento da expectativa de demanda da fábrica, assim como a ampliação do número de representantes comerciais em diversos Estados brasileiros, que passaram a aumentar a produção para atender a este mercado.

Com relação as outras mobílias - cadeiras, poltronas e sofás - não é possível afirmar qual seria o destino final dos produtos. No entanto, ressalta-se que a escola foi uma grande consumidora e que, além das carteiras, utilizava diversas cadeiras, poltronas e sofás em seu cotidiano, conforme foi identificado em pesquisas realizadas no Grupo Escolar Marta Tavares e consultas no acervo do Colégio Estadual do Paraná, por exemplo.

Os investimentos em pesquisas realizados em torno da Móveis Cimo mostraram que a fábrica também participou de exposições universais e conquistou prêmios pelos móveis apresentados. Tais prêmios se transformavam numa espécie de certificados de qualidade e eram anunciados no intuito de atrair novos consumidores. Com as atividades de avaliação e premiação dos produtos, as exposições passaram a funcionar como uma plataforma de marketing para as indústrias, uma vez que as premiações impulsionavam a divulgação e a comercialização dos artefatos fabricados.

As exposições universais foram consideradas eventos transnacionais, pois, além de atraírem o interesse do público em geral, eram frequentadas por profissionais de diferentes países, como funcionários dos ministérios de educação e professores de escolas públicas e privadas. Esses profissionais participavam dos eventos a fim de adquirir objetos, aprender novos conhecimentos e práticas, comparar os avanços educacionais dos seus respectivos países com outras nações e, por fim, iniciar colaborações internacionais. Desse modo, podemos entender que as exposições foram utilizadas como espaços em que os diferentes atores, poderiam adaptar e institucionalizar os saberes estrangeiros para diminuir os déficits identificados em seus próprios contextos institucionais (Dittrich, 2013).

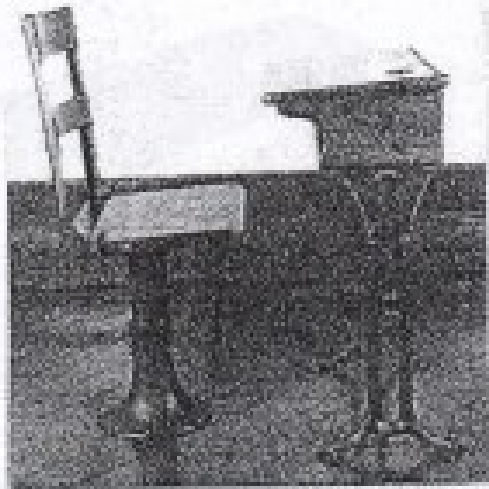

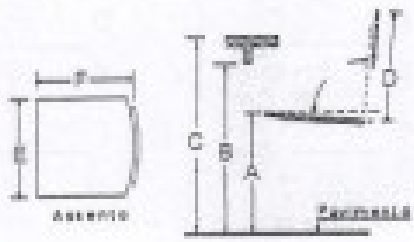
Carteira Chandler: um exemplo a ser seguido e comercializado

Uma das estratégias para a localização da circulação de modelos de peças do mobiliário escolar é a identificação de um determinado tipo e a sua localização entre os itens fabricados por diferentes empresas. Um dos itens que nos permitiu esta conexão foi o modelo de carteira Chandler. Wiara Alcântara (2014) apresenta um anúncio de 1916 da fábrica paulista José Refinetti, Irmão & Co. que divulga a imagem da carteira Chandler, além da menção que a empresa era um dos "fornecedores do Governo do Estado de S. Paulo e outros Estados, Collegios, Academias, etc (Alcântara¹², 2014, p. 184), o que indica a carteira Chandler como um modelo que era utilizado nas escolas paulistas. Este é um modelo que, por sua aceitação, devidamente recomendada, foi fabricado em vários lugares e ocupou muitas salas de aula. Foi, também, um dos itens produzidos e comercializados nos anos iniciais do século 20 pela Móveis Cimo.

Maria Fátima Machado (2004) elaborou uma ficha técnica sobre a carteira Chandler, a qual oferece informações sobre seu desenho e ainda permite comparações com outros modelos fabricados no Brasil.

¹² Wiara Alcântara cita como fonte deste anúncio a revista *A Cigarra*, edição de 9 de novembro de 1916. Ver <http://martaiansen.blogspot.com.br/2012/09/moveis-escolares-antigos.html>.

Figura 7 -
Carteira Chandler.

FICHA Nº 30			
Ano 1896		Origem USA, Boston e América Latina	
			
Fonte Catálogo do Museu da Escola de Minas Gerais - 1998 e Dufestel, Dr. L., (1933). <i>Hygiène Scolaire</i> . Paris: G. Doin & Cie, p.108.			
Tipo Mesa e cadeira separados	Nº Lugares 1	Fixa ao chão Sim	
Const. Madeira e Ferro fundido	Tinteiro Sim	Prateleira Sim	
Mesa Móvel	Banco Móvel	Apoio de pés Não	
Medidas			
A _____ Cm	D _____ Cm		
B _____ Cm	E _____ Cm		
C _____ Cm	F _____ Cm		
Distância _____ Cm			
Observações Carteira individual "Chandler" Era um modelo que possibilitava a adaptação da mesa e da cadeira às medidas dos alunos. Através de um grosso pé em tubo de ferro, a cadeira podia subir ou descer, bem como a mesa, segundo o mesmo sistema.			

Fonte: Machado (2004, p. 294).

Por meio dos trabalhos de Alcântara (2014) e Machado (2004) identificaram-se as características do modelo da carteira escolar, conhecida internacionalmente como Chandler. Com base nestes dados, ao analisar diversos documentos da Móveis Cimo, identificou-se no canto superior de uma planilha de vendas da fábrica do ano de 1930 uma imagem de carteira escolar que se assemelha muito ao modelo Chandler. Ainda nesse documento existem mais duas ilustrações: a primeira faz referência a uma cadeira e a segunda lembra muito a carteira escolar Santa Catarina. Na parte superior da página consta a inscrição “Penteado, Ayres & Cia. Ltda. - representantes para o Brasil das Industrias Reunidas de Madeiras - Rio Negrinho - Santa Catarina (cadeiras, carteiras escolares e moveis para escriptorio etc)”. Esse estabelecimento estava localizado na cidade de São Paulo, no bairro do Brás.

Figura 8 -
Modelo Chandler fabricado pela Móveis Cimo.



Fonte: *Representantes comerciais* (1934). Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

Ao analisar outros documentos do mesmo representante localizaram-se informações de vendas de carteiras escolares. Embora não seja apresentada a data em que foram realizados os negócios, a partir da indicação do nome da fábrica, Industrias Reunidas de Madeira, pode-se concluir que as carteiras foram comercializadas na década de 1930. O representante, por meio do documento, solicitava à fábrica 600 carteiras chandler Bahia, 1600 carteiras duplas N2, 200 carteiras dianteiras, 200 bancos trazeiros, 694 carteiras duplas Governo, 400 bancos traseiros Governo. Na segunda página do documento constam 2616 carteiras duplas de imbuya, 436 bancos traseiros, 1782 carteiras individuais, 297 bancos trazeiros (1:633\$500) 281 carteiras engradadas, 22 bancos trazeiros, 100 bancos ligados e 500 milheiros de palitos.

As informações contidas nos documentos de vendas dos representantes de São Paulo contribuem para identificar que o Estado paulista foi um grande consumidor do mobiliário fabricado pela Móveis Cimo, além de sinalizar que a empresa estava atenta às novas demandas e que, por isso, buscou idealizar produtos que pudessem atender a esse nicho específico de mercado.

Em estudos sobre esta empresa Santi (2013) destaca que a política de comercialização da Móveis Cimo e a atuação dos representantes no mercado contribuíram para a definição do desenvolvimento dos produtos, a escala de produção, as mudanças na base produtiva e o investimento em tecnologia. A atuação dos representantes foi fundamental para a realização das vendas da empresa, já que na década de 1930, a fábrica só aceitava “encomendas quando estas eram em quantidades que justificassem a produção, pois os móveis não eram comercializados em varejo e com isso dependiam do desempenho e pontualidade de seus representantes” (p. 321).

Para ampliar os negócios no Estado de São Paulo, a fábrica Móveis Cimo estabeleceu um acordo com Eduardo Whitaker Penteado, que passou a representá-la na região e fez aumentar significativamente a comercialização de cadeiras e carteiras escolares, assim como contribuiu para a divulgação do nome da empresa neste mercado. Santi (2013) também chama a atenção para a qualidade dos catálogos produzidos pela Cimo, os quais podem ser considerados como “um exemplo que se diferenciava ao fornecer aos clientes e revendedores as informações relativas ao produto, mostrando suas propriedades e possibilidades de uso, ao contrário de outros encontrados comumente no mercado, que davam ênfase ao caráter publicitário” (p. 323). Com o sucesso da estratégia de estabelecimento de acordos com empresários locais, a fábrica expandiu seus negócios, nomeando representantes em diversas cidades, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Joinville, Curitiba, Maceió, Aracaju, Recife, Salvador e Recife.

Neste artigo intentamos contribuir para o aprofundamento de reflexões acerca da constituição história da escola, com apoio teórico em elementos da cultura material escolar. Como eixo de análise optamos por investir nas relações entre indústria e Estado, explorando o aparelhamento escolar como oportunidade de expansão da indústria, fomentada por recursos públicos que, na virada de século do século 19 para o 20, seria responsável pelo atendimento ao preceito legal que institui a obrigatoriedade escolar. A obrigatoriedade de provimento material foi responsável pela instalação e expansão de diferentes setores da indústria e do comércio como fábricas de papel, de tecidos para

uniformes, de impressos, de mobiliário, assim como de livrarias e papelarias. Este mercado emergente se destinava ao abastecimento, tanto de iniciativas públicas, quanto de iniciativas privadas, mas, até o momento, considera-se que foi pelas iniciativas governamentais que este ganhou maior injeção de recursos, seja pelas dimensões continentais do país, seja pela capacidade pública de financiamento de ações desta natureza. Mas, também já temos elementos suficientes para discernir entre os diferentes projetos que se aninharam nos âmbitos dos governos cujas diferenças, via de regra, se constituíram pelo endereçamento dos sujeitos que iriam frequentar as escolas.

Assim, embora a Fábrica de Móveis Cimo possa ser destacada como exemplar, é preciso reconhecer que sua força e fragilidade estiveram irmanadas. A força pelo atendimento a um mercado em expansão, a fragilidade por se saber que este mercado não se expande com as mesmas coordenadas. As escolas urbanas e centrais que assumiram lugares de vitrines receberam este aparato sofisticado que a Cimo e similares produziram e comercializaram. As unidades menores, localizadas em locais de menor visibilidade e destinadas a uma população com menores recursos foram, durante muito tempo, equipadas com mobiliário tosco, fabricado de forma artesanal, sem a tecnologia e o glamour que exemplares certificados pelas exposições universais entronizam no ambiente escolar. E, sabemos já, isto também educa.

Referências

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914). São Paulo: USP, 2014. 339f. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- ARRUDA, Glória Lúcia Rodriguez Correia de. *O design na indústria moveleira brasileira e seus aspectos sustentáveis: estudo de caso no polo moveleiro de Arapongas-PR*. Bauru: Unesp, 2009. 118f. Dissertação (mestrado em Design). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século 20. *Educar em Revista*, Curitiba: UFPR, n. 49, 2013, p. 19-38.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (orgs.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 11-47.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 18, n. 21. 2005, p. 75-90.
- CASTRO, César Augusto de et al. Cultura material escolar: fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). In: SOUZA, Rosa Fátima de; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 273-316.
- CIA. INDUSTRIAL DE MÓVEIS. *Catálogo da Cia. Industrial de Móveis*. [entre 1944 a 1954].
- DITTRICH, Klaus. As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século 19. *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre, v. 17, n. 41, 2013, p. 213-234.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. *Revista Linhas*, Florianópolis: Udesc, v. 11, n. 2, 2010, p. 13-28.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las materialidades de la escuela. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (orgs.). *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina - séculos 19 e 20). Florianópolis: Insular, 2012. p. 11-18.

FERBER, Luiza Pinheiro; Kincheski, Ana Paula de Souza; SOUSA, Gustavo Rugoni de. Móveis Cimo S.A: notas iniciais acerca do mobiliário em escolas primarias catarinenses. *Revista @mbiente Educação*, Rio Grande: Universidade Cruzeiro do Sul, v. 6, 2013, p. 44-53.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Vitrines da República: Os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006, p. 341-376.

HEYSE, Cirene Linzmeier. *O desenvolvimento do setor moveleiro no padrão de design e na identidade socioeconômica e cultural na região do Algo Vale do Rio Negro*. Canoinhas: Universidade do Contestado, 2009. 142f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade do Contestado.

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MADEIRAS. *Capa do catálogo: fábrica de cadeiras e carteiras escolares, instalações para theatros, cinemas, bars e restaurantes*. [entre 1932 a 1944a]. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, Santa Catarina.

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MADEIRAS. *Catálogo Indústria Reunidas de Madeira - Jorge Zipperer e Cia*. [entre 1932 a 1944b]. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, Santa Catarina.

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MADEIRA. *Carteiras com assentos e encostos de madeira compensada: São Paulo e Aula*. [entre 1932 a 1944c]. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MADEIRA. *Carteiras extra fortes para escolas superiores: Gymnasio e Prefeitura*. [entre 1932 a 1944d]. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz. *A indústria moveleira em São Bento do Sul - SC*. Florianópolis: UFSC, 1990, 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

KLOSTERMANN, Lara Anelise. *Banco de imagens de catálogos da Móveis Cimo S/A*. Curitiba: UTFPR, 2007. 38f. Monografia (especialização em Design de Interiores). Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: USF, 2001.

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. *Revista Linhas*: Florianópolis: Udesc, v. 14, n. 26, 2013, p. 222-243.

MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)*. Porto: FPCEUP, 2004. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

MEDA, Juri. A história material da escola como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, Florianópolis: Udesc, v. 16, n. 30, 2015, p. 7-28.

MOEGLIN, Pierre. *Les industries éducatives*. Paris: PUF, 2010.

PANIZZOLO, Claudia. Patrimônio cultural e história da educação: reflexões investigativas acerca da escola republicana e seus materiais. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (orgs.). *A escola e seus artefatos culturais*. São Luis: UFMA, 2013, p. 81-105.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século 19*. São Paulo: Hucitec, 1997.

REPRESENTANTES COMERCIAIS. *Penteado, Ayres & Cia. Ltda*: representantes para o Brasil das Industrias Reunidas de Madeiras, vendas realizadas durante o ano de 1930. 1930. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

REPRESENTANTES COMERCIAIS. *Eduardo Whitaker Penteado*: representante das Industrias Reunidas de Madeiras, pedido que faz o sr. Pedro Bonzoni. 1934. Disponível no Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

SANTA CATARINA. *Ofícios da Directoria de Instrução Pública para o Presidente da Província*. janeiro a junho de 1881. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias. *Decreto n. 371*, 25 mar. 1908. Gab. Typ. D'O Dia. Florianópolis, 1908. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina. *Decreto n. 588*, 22 abr. 1911. Gab. Typ. D' O Dia. Florianópolis, 1911. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. *Minutas da Diretoria de Instrução Pública para Diversos*, fl. 276. Janeiro/Dezembro de 1931.

SANTA CATARINA. *Ofícios para o Departamento de Instrução Pública*. julho de 1932.

SANTI, Maria Angélica. *Mobiliário no Brasil: origens da produção e da industrialização*. São Paulo: Senac, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In:

BENCOSTTA, Marcus Levy (orgs.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. O bandeirismo paulista no ensino e a modernização da escola primária no Brasil: entre a memória e a história. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá: UFMT, v. 20, n. 42, 2011, p. 123-143.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Manguinhos: EPSJV, v. 4, n. 1, mar. 2006, p. 33-64.

VIDAL, Diana Gonçalves. Entrevista a Wilson Gambeta. In: *SciELO em Perspectiva Humanas*. Entrevista concedida Disponível em <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2013/10/18/entrevista-com-diana-goncalves-vidal/>. Acesso em 14 mar. 2016.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *Revista Linhas*, Florianópolis: Udesc, v. 11, n. 2, 2010, p. 29-45.

GUSTAVO RUGONI DE SOUSA é estudante do curso de doutorado em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista Promopo/Udesc.

Endereço: Avenida Madre Benvenuta, 2007 - 88035-001 - Florianópolis - SC - Brasil.

E-mail: gustavorugoni@gmail.com.

VERA LUCIA GASPAR DA SILVA é professora associada do quadro permanente na Universidade do Estado de Santa Catarina, atuando no Centro de Ciências Humanas e da Educação, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Integra o quadro de bolsistas do CNPq.

Endereço: Avenida Madre Benvenuta, 2007 - 88035-001 - Florianópolis - SC - Brasil.

E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com.

Recebido em 19 de abril de 2016.

Aceito em 17 de julho de 2016.